

V. 19 N. 1
JAN-JUN 2020

ISSN
Versão Impressa 2447-9047
Versão Online 2447-9047

**Diálogos
Possíveis**

1. DOCTOR RERUM POLITICARUM, SECOND DOCTORATE HABILITATIS E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA EM SOCIOLOGIA POLÍTICA, CIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRIA. SENIOR RESEARCH FELLOW NO INSTITUTE OF INTERNATIONAL POLITICS DE POTSDAM, ALEMANHA:
HTTP://WELTTRENDS.DE/INSTITUTE/, MEMBRO DA NEW SOCIETY OF PSYCHOLOGY:
HTTPS://WWW.NGFP.DE/ E DA ASOCIACIÓN ALEMANA DE INVESTIGACIÓN SOBRE AMÉRICA LATINA:
HTTP://WWW.ADLAF.DE/ES/WEBER-ADLAF/PRAESNTATION.PHP

<http://www.zimmering.net/>

<https://orcid.org/0000-0001-9114-0073>

Como citar este artigo:

ZIMMERING, Raina. Viver num mundo de estados-nação como cidadão insatisfeito e ameaçado à procura de uma saída. O Leviatã ferido e seus antagonistas nos espaços autônomos alternativos. **Revista Diálogos Possíveis**, v. 19, n. 1, 172-197, jan/jun de 2020.

Recebido: 21.03.2020

Aprovado: 17.05.2020

Viver num mundo de estados-nação como cidadão insatisfeito e ameaçado à procura de uma saída. O Leviatã ferido e seus antagonistas nos espaços autônomos alternativos.

LIVING IN A WORLD OF NATIONS STATES AS DISSATISFIED AND THREATENED CITIZEN AND THE SEARCH OF A WAY OUT. THE HURT LEVIATHAN AND HIS ANTAGONISTS IN THE ALTERNATIVE AUTONOMOUS SPACES

Raina Zimmering¹

RESUMO

O estado-nação foi sendo o produto das diferentes fases do desenvolvimento capitalista, que protegeu. Actualmente, as desigualdades sociais cresceram em todo o mundo, dentro e entre estados. O novo turbo-capitalismo e a retirada para as fronteiras nacionais não são remédio para as consequências negativas do capitalismo. Resurgiram teorias sobre como organizar a sociedade não pelos estados, mas pela comunidade e, assim, encontrar uma saída para os dilemas de nosso tempo. No artigo são apresentados exemplos práticos de formas sociais de organização não estatais em espaços autônomos, como as comunidades zapatistas. Este artigo foi produzido com base na comunicação para a conferência "Living in a world of nation states" da World Social Science and Humanities Network, realizada a 6-7 de Dezembro de 2019, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Palavras-chave: Estado-nação. Espaços autônomos. Movimentos sociais. Autodeterminação. Movimento Zapatista. México.

ABSTRACT

The nation-states emerged as political shell of the capitalism. Nation-state was always a product of the different phases of capitalist development. Nowadays, social inequalities grow worldwide, within states and between states. The new turbo-capitalism and withdrawal to national borders cannot curb the negative

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

consequences of capitalism. Various contemporary theories are presented, which prefer to organize the society not by states, but by the community and thus to find a way out of the dilemmas of our time. Practical examples of non-state social forms of organization in autonomous alternative spaces like the Zapatista communities will also be presented. This article was produced based on a lecture at the conference "Living in a world of nation-states" of the World Social Science and Humanities Network on December 6-7, 2019 at the ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal in Lisbon.

Keywords: Nation-State. Alternative Autonomous Spaces. Social Movements. Self-Determination. Zapatista Movement. Mexico.

Por todo o mundo, anseia-se por um retorno à segurança, felicidade e prosperidade prometidas por um estado-nação a funcionar melhor. Este artigo discute se é possível melhorar o Estado-nação e se outras formas de organização social respondem melhor aos anseios dos cidadãos.

Com o capitalismo, os estados-nação surgiram como sua protecção política. O estado-nação foi sendo o produto das diferentes fases do desenvolvimento capitalista. Os estados socialistas representaram um estágio intermédio entre a sociedade capitalista e socialista. Juntamente com o capitalismo industrial e a melhoria do bem-estar dos seus cidadãos em países altamente desenvolvidos, os países em desenvolvimento criaram estados em desenvolvimento nos quais o Estado e o empreendedorismo menos independente se tornaram motores de

desenvolvimento.

Na fase neoliberal do capitalismo, ocorreu o envolvimento de grandes grupos económicos em todo o mundo. Isso incluiu a cooperação dos atores estatais nacionais por esses grupos económicos, o que reduziu drasticamente as suas capacidades de levar a cabo políticas sociais e de bem-estar. As desigualdades sociais cresceram em todo o mundo, dentro e entre estados. Concomitantemente multiplicaram-se os dirigentes e militares fantoches na Ásia e na América Latina, como resultado do aumento do poder do complexo industrial militar. O colapso de regiões inteiras na pobreza e na miséria não pode ser evitado pelos estados-nação afetados. Novas guerras e movimentos de refugiados em todo o mundo são o resultado do desenvolvimento neoliberal. O novo turbo-capitalismo e a retirada para as fronteiras nacionais não são remédio para as

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

consequências negativas do capitalismo, mas estimulam atitudes xenófobas, o racismo, o nacionalismo, as atitudes políticas extremistas, a promoção dos senhores da guerra e quase-ditaduras. Além das guerras de facto no norte da África, na África subsaariana e na Ásia, os novos centros de poder emergentes, compostos por estados-nação, vivem tensões perigosas entre si: há o risco de eclosão de um conflito bélico global. Com o fracasso do modelo socialista de estado e as consequências negativas do capitalismo neoliberal e do turbocapitalismo de hoje, as teorias políticas que rejeitam o Estado-nação como um modo de vida e uma organização política estão a passar por um renascimento. Elas preferem outras formas governamentais e institucionais de organização política que substituem o domínio pela administração das coisas através da comunidade. No artigo, são apresentadas várias teorias contemporâneas que sugerem organizar a sociedade não pelos estados, mas pela comunidade e, assim, encontrar uma saída para os dilemas de nosso tempo. Também serão apresentados exemplos práticos de formas sociais de organização não estatais em espaços alternativos autónomos, como as comunidades zapatistas. São sociedades caracterizadas por autodeterminação, democracia popular, diversidade, propriedade coletiva, relações sustentáveis com a natureza, igualdade de género, não-

violência ativa e um alto nível de educação, saúde e bem-estar. No final, a pergunta a ser respondida é: não será uma ilusão esperar do estado-nação mais segurança, felicidade e bem-estar, ainda que funcione melhor? Não haverá outras formas sociais de organização alternativas susceptíveis de dar melhores respostas aos dilemas de nosso tempo.

CRITÉRIOS E FUNÇÕES GERAIS DO ESTADO-NAÇÃO

A ideia do Estado-nação baseia-se na ideia de soberania da nação, que surgiu especialmente com a Revolução Francesa. Segundo Georg Jellinek (1914), tal ideia é composta por três elementos: a autoridade do estado, o povo do estado e o território do estado. O Estado-nação desenvolveu-se em conjunto com o capitalismo e estabeleceu o governo da burguesia. Portanto, representa um instrumento regulador oferecido à sociedade capitalista para estabelecer um quadro político correspondente. Os habitantes dos estados-nação têm certos direitos e obrigações. Os principais direitos são a proteção da propriedade dos cidadãos, a participação, o bem-estar e a segurança. Os cidadãos têm o dever de dar o monopólio do poder ao Estado, que decide sobre como o usar e o aplica à ordem interna e à defesa externa. O Estado tem o dever de garantir o bem-estar e a segurança dos seus cidadãos. Os estados-nação têm um território

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

delimitado. Estes critérios gerais dos estados-nação mudaram constantemente de acordo com os diferentes estágios do desenvolvimento capitalista, mas as funções básicas do estado sempre foram preservadas. Num certo estágio de desenvolvimento, os estados socialistas, caracterizados por propriedade coletiva e governo partidário, o direito à propriedade foi transferido do direito individual para o coletivo. Os estados socialistas representavam uma transição entre sociedades capitalistas e comunistas, nas quais o estado deveria ser abolido. Após o colapso da maioria dos estados socialistas, a sociedade capitalista domina o mundo, mas o estado-nação capitalista mudou muito novamente.

AS MUDANÇAS NAS FUNÇÕES E CRITÉRIOS DO ESTADO-NAÇÃO SOB O NEOLIBERALISMO

Com o colapso dos estados socialistas e países em desenvolvimento com desenvolvimento não capitalista, com as novas tecnologias, o desenvolvimento neoliberal do capitalismo foi capaz de florescer e alcançar dimensões globais, mudando bastante as funções e competências tradicionais do Estado-nação. O Estado-nação neoliberal criou atores transnacionais que aumentaram a taxa de lucro, a concentração e centralização do capital mais do que seria

possível a nível nacional. A tendência da internacionalização do capital, já observada por Karl Marx, pode agora desenvolver-se amplamente. Nos estados-nação neoliberais, o governo reduziu as áreas de garantia de bem-estar para os cidadãos. Com o argumento de que as empresas migrariam para países de baixos salários, os gastos sociais foram reduzidos, os sectores públicos, como a educação e a saúde, foram privatizados e os padrões ambientais corroídos. O resultado desse desenvolvimento é o empobrecimento de parte da população nos estados democráticos desenvolvidos. O estado garante a sua função de promover o bem-estar apenas a uma parte limitada da população. As divisões sociais aumentaram e minam os consensos nacionais. Uma característica especial deste estágio de desenvolvimento é a financeirização das economias: o setor financeiro tornou-se o primeiro produtor de capital com apostas, avaliações e especulação financeiras. As indústrias manufatureira e extrativa ficaram muito atrás do setor financeiro. Para continuar a lucrar, as indústrias manufatureiras migraram em larga escala dos centros industriais para os países de baixos salários da periferia, com consequências negativas para o direito do trabalho e as políticas sociais estatais. O crescimento explosivo do setor de serviços e a ascensão do setor financeiro nos países do centro não podem compensar suficientemente o declínio e a

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

emigração das indústrias transformadoras. Houve crises, como a de 2008, que afetou particularmente o setor financeiro e, praticamente, todos os estados-nação. Então, os estados tomaram medidas regulatórias para salvar os bancos com dinheiro público. Não que a financeirização das economias e sociedades tenha sido abandonada; os estados-nação aprofundaram esse caminho. A crise foi acompanhada por uma concentração e centralização de capital ainda mais altas. Os maiores organizadores de capital do mundo, a Black Rock & Co., são agora os principais gestores de ativos do mundo, exercendo uma imensa concentração de poder. Esta empresa está sediada nos EUA e decide o destino do setor financeiro e de produção de todas as principais empresas do mundo, em todos os estados-nação, e exerce uma grande influência sobre os estados-nação (RÜGEMER, 2018).

Ela assessora governos e decide sobre os fluxos globais de capital. Os estados-nação tornaram-se, assim, campos para os assaltos da Black Rock legalmente protegidos, pois eles garantem os lucros extra às elites. As políticas neoliberais dos estados-nação aumentaram e desenvolveram-se cada vez mais.

Juntamente com a procura de novas áreas de reprodução de capital, o complexo industrial-militar expandiu-se, levando à militarização dos estados-nação e ao

aumento de gastos com armas e segurança, agravando ainda mais a situação social nos estados ocidentais. Resulta disso que o desempenho económico geral dos EUA está em queda, mas o seu poder militar e económico está a aumentar constantemente.

A neoliberalização e a financeirização das economias dos estados-nação levaram ao fenómeno da fragmentação do território nacional. Zonas económicas especiais, espalhadas por todo o mundo, estão a criar núcleos ultraliberais dentro dos estados-nação, com seu consentimento. Aí não há direitos trabalhistas e o controle estatal nacional não se exerce, a pretexto de serem espaços privatizados. Os capitalistas individuais compram esses territórios do estado e formam enclaves que vivem de acordo com as suas próprias leis, usados por trabalhadores altamente especializados de todo o mundo, aos quais são oferecidos altos padrões sociais de vida. A população local não beneficia com isso e, sobretudo, é expulsa dos territórios adquiridos e privatizados. Nesses enclaves, os critérios de estado-nação, como o povo do estado, o território do estado e o poder do estado, são suspensos. O estado-nação desobriga-se deles. As funções do estado-nação deixam de ser aplicadas nos enclaves: os direitos e deveres dos habitantes não se referem ao estado-nação, mas apenas ao enclave. A única coisa que o Estado-nação

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

garante aos enclaves é sua segurança (FALERO, 2015: 223 – 240).

A crescente influência de grupos de lobby transnacionais em rede e incontroláveis na política que ninguém elegeu tem influência política na relação dos cidadãos com o estado, severamente reduzida nos estados democráticos do capitalismo desenvolvido. Então, a “Black Rock” decidiu explorar o aluguer de habitação social em Berlim. Comprou quase tudo. Na nova fase de neoliberalismo, os grandes organizadores financeiros estão a ter um enorme impacto nas políticas de cada Estado. Estes reduzem ainda mais os gastos sociais, privatizam ainda mais empresas na saúde, na previdência, na educação, promovem mais empregos precários, cortes de pensões e na educação numa escala ainda maior do que antes. O sentimento de impotência do cidadão comum aumenta ainda mais. As promessas dos partidos governantes revelam-se não verdadeiras. Algumas das consequências são a perda de influência dos principais partidos de massas nos estados ocidentais, o fracasso dos partidos de esquerda e a expansão de movimentos populistas de direita e partidos como a AFD na Alemanha, o movimento de cinco estrelas na Itália e o movimento de LePen na França.

As crescentes divisões sociais afetam não apenas os cidadãos dos estados-nação, mas também a relação entre o norte global e o

sul global. Nos países do sul global, há muito mais agitação social e ambiental, crises de fome, desintegração do Estado, disseminação do crime organizado e movimentos religiosos extremistas e guerras.

Portanto, os cidadãos dos estados-nação estão cada vez mais insatisfeitos e ameaçados na sua cidadania. Obviamente, o capitalismo global chegou a um estágio (“Black Rock”, o aumento das guerras) muito rentável para a elite no seu continuado domínio, mas cada vez mais oneroso para a massa de cidadãos no mundo ocidental e no resto do mundo. É insuportável para o sul global, e provoca grandes movimentos de refugiados e migrações.

A procura de uma saída desta situação ocupa e faz crescer contramovimentos. O horizonte do socialismo de Estado parece uma opção improvável, dado o seu fracasso anterior, o seu autoritarismo e o regime hierárquico do partido. A menos que seja a “variante chinesa do socialismo” que combine um neoliberalismo controlado com o regime do partido. Uma série de movimentos gostaria de ver outra sociedade com participação a partir de baixo, uma melhor distribuição social de rendimentos, igualdade de género e sustentabilidade ambiental. Isso desafia os fundamentos da sociedade capitalista. Entre esses movimentos contam-se o Movimento de Globalização de Idosos, as

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Contra-cimeiras, os Fóruns Sociais, os Anónimos, a ATTAC, o Decrescimento, a Economia Solidária, os Direitos Humanos, os Movimentos de Paz e muito mais. Esses movimentos geralmente negam a autoridade do Estado e favorecem formas de organização comunitária e participativa.

Mas também existem movimentos e partidos que desejam restaurar os velhos direitos e obrigações dos estados-nação capitalistas e, ao contrário, se apegam a uma perspectiva conservadora e voltada para trás. Principalmente, esse conservadorismo combina-se com racismo, nacionalismo e xenofobia e é dirigido contra refugiados e migrantes por causa da imaginada unidade e "pureza" da nação. Movimentos religiosos extremistas, como o islamismo agressivo e grande parte da Igreja Anglicana na América, acreditam em poder renovar a sociedade voltando-se para Deus, demonizando outras religiões. Estes contramovimentos, conservadores e de direita, costumam servir de pretexto para que os estados-nação neoliberais reforcem ainda mais as políticas ultraliberais e, impondo-as como uma política de segurança que restringe ainda mais o respeito pelas liberdades civis dos cidadãos, incluindo através da vigilância digital e da negação de acesso à justiça.

MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS BUSCAM UMA SAÍDA DA CRISE DO ESTADO-NAÇÃO

Os chamados movimentos emancipatórios estão espalhados por todo o mundo e espalharam-se amplamente por e entre os estados-nação, desde os anos 2000. No entanto, apesar do tremendo compromisso dos seus membros, esses movimentos ainda não conseguiram desenvolver uma alternativa assertiva ao Estado-nação capitalista e neoliberal. O que é comum à maioria dos movimentos anticapitalistas, no entanto, é sua orientação não estatal, popular e comunitária. De particular interesse são os movimentos que realizam esses objetivos em espaços autônomos alternativos.

Esses espaços representam uma alternativa ao Estado-nação capitalista e socialista. Eles podem apontar o caminho para uma sociedade anticapitalista e antiestatal. Vamos olhar para essa forma de organização social e política. A recepção científica da percepção desta nova tendência, que é uma contrapartida à cultura populista e neoliberal de direita, é muito vaga: o estabelecimento de espaços autônomos alternativos nos quais outras políticas e princípios distributivos evoluem com base em uma cultura alternativa é pouco estudada. Esses espaços alternativos autônomos caracterizam-se por uma cultura política comunitária que rejeita a aquisição e o exercício do poder, garante democracia de base, a propriedade e a distribuição coletivas e adere aos princípios de diversidade, solidariedade,

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

multiculturalismo, igualdade de género e conservação sustentável da natureza. Geralmente, esses espaços são localmente vinculados. Como esses espaços operam dentro de estados-nação, mas rejeitam as suas formas organizacionais, eles são uma espécie de enclave dentro do estado-nação. Como eles não querem tomar o poder do estado-nação, como queriam o movimento operário clássico e os guerrilheiros, eles agem como enclaves dentro do território sob soberania do estado-nação. Dependendo de como os estados-nação são organizados, aceitam essa outra forma de organização social ou não. Na maioria das vezes, essas formas de espaços autónomos alternativos surgiram em oposição às políticas governamentais e para responder à necessidade de uma organização social diferente.

Na Europa, existem várias iniciativas que podem ser descritas como espaços alternativos autónomos por meio de uma organização social e organização diferentes da vida comunitária. Um exemplo é o das cooperativas de "Longo Maï", fundadas em 1973 na Suíça, França, Áustria, Ucrânia e Alemanha, orientadas pela auto-suficiência através da atividade económica alternativa, pelos direitos políticos e civis à esquerda, por educação política e ações de solidariedade, especialmente dirigidas contra a discriminação de populações no sul global e trabalho com direitos humanos (BUSS, 2013). O site Longo Maï declara:

"A ideia é viver numa base anticapitalista baseada na auto-suficiência" (LONGO MAI).

Outros exemplos de habitats alternativos de solidariedade na Europa são a "zona de defesa" na França e a "Christiania" na Dinamarca. A "zona de defesa" é um pantanal declarado há 10 anos ecologicamente valioso, com 12 quilómetros quadrados, perto de Nantes, projetado para construir um grande aeroporto. Um amplo movimento social quiz impedir a construção. Os ativistas construíram casas, administraram e cuidaram de si mesmos. O presidente Macron mandou a Guarda Nacional limpar a área, em maio de 2018, e destruiu o projeto alternativo (VOLKERT, 2013).

Mas em janeiro de 2018 cedeu aos protestos ambientais e abandonou a construção do aeroporto (TZERMIAS, 2018). Entretanto, um grande movimento de solidariedade na França e em toda a Europa para com os chamados zadistas (derivados da zona de defesa) evoluiu (EUROPEAN CITIZENS FORUM). Um padrão semelhante foi seguido por eventos na Floresta Hambacher, na Alemanha, que deveria ser destruída pela indústria de mineração de carvão. Durante seis anos, os ativistas ocuparam a floresta até que serem despejados pela polícia em 13.09.2018. Apesar da repressão, os ativistas conseguiram interromper temporariamente

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

a actividade da Hambacher Forst através de uma decisão do Tribunal Administrativo Superior de Münster que, por enquanto, encerrou as atividades de despejo da polícia e adiou o despejo (RODUNG DES HAMBACHER FORSTS DERZEIT UNZULÄSSIG. FRANKFURTER RUNDSCHAU). A acção da Hambacher Forst foi posteriormente re-habilitada e os protestos dos cidadãos continuam.

Os espaços alternativos autónomos estabelecidos e permanentes são ainda mais desenvolvidos na América Latina e na Ásia do que na Europa. Entre os muitos exemplos que gostaria de mencionar, as comunidades zapatistas autónomas do sudeste do México, em Chiapas, o autogoverno do povo da Nasa de Cauca na Colômbia (CAMPOS PALACIOS, 2018) ou o movimento Dalit e Adivasi (BECKER, 2019) na Índia. Embora os espaços autónomos alternativos tenham surgido de maneiras muito diferentes e em lugares muito diferentes do mundo, eles partilham uma característica comum. Fogem da cultura capitalista dominante e desenvolvem uma contracultura ou uma cultura nova e diferente, cuja principal característica é o ímpeto inclusivo e de valorização da diversidade na sociedade. Parece que esses espaços de hoje são as sementes de uma nova organização social que oferece uma saída para o dilema de desenvolvimento entre o estado-nação

capitalista ultraliberal e os estados socialistas fracassados. Como esses espaços praticam novas formas de democracia, a questão é se a democracia é concebível mesmo sem um estado. Jacques Derrida escreveu sobre uma "democracia ainda não concebida": "uma futura democracia que está a chegar, ainda não dada, não imaginada, de fato suprimida ou reprimida, e que não está apenas em contradição com essa curvatura assimétrica e com a heterogeneidade infinita, mas, na verdade, estas seriam exigidas por ela." (DERRIDA, 2004: 116-118).

Mas, ao contrário da tese de Derrida, uma nova democracia já está a ser pensada e praticada, e isso dentro de espaços não estatais. Gostaria de explicar a tese de que uma nova democracia que já está a surgir em espaços alternativos autónomos, usando o exemplo dos zapatistas, no México.

TEORIAS DO ESPAÇO

O artigo analisará as diferenças entre espaços autónomos alternativos e estados-nação capitalistas com base em teorias políticas e culturais do espaço. Essas teorias são principalmente reflexos de procura de alternativas sociais para crises sociais e políticas. Entre 1960 e 1990, o geógrafo e sociólogo Henry Lefebvre desenvolveu conceitos para uma teoria marxista do espaço como uma base importante para uma contracultura à

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

sociedade capitalista organizada nos estados-nação. Lefebvre assumiu que os espaços sociais são socialmente construídos e afirmou que o capitalismo se apropria de espaços, mas também os abandona. Nos espaços "abandonados" pelo capital, é possível desenvolver uma cultura anticapitalista. Nesse processo, ele atribui um papel fundamental na apropriação desses espaços aos novos movimentos sociais, como os movimentos estudantis ou os movimentos urbanos (LEFEBVRE, 1991).

A teoria espacial de Lefebvre foi recebida avidamente pelos movimentos de 1968 e os seus teóricos. Herbert Marcuse criou a expressão "sociedade sem oposição" no seu livro "O homem unidimensional" (MARCUSE, 1964). Marcuse denunciou como "o capitalismo desenvolvido" era capaz de capturar o povo, especialmente a classe trabalhadora como sujeito revolucionário designado por Marx, satisfazendo as suas necessidades materiais, e tornando os actos de oposição parecerem um alto risco para a própria situação pessoal de cada um, levando, assim, à aprovação popular das conquistas da sociedade capitalista. De acordo com o "poder afirmativo do pensamento unidimensional", a classe trabalhadora deixou de ter interesse em superar a sociedade capitalista. Em particular, o consumo corrompe as pessoas e cria "necessidades erradas", o que mudou o

fundamental dos sentimentos e das necessidades. À "Grande Recusa" restaria apenas a possibilidade de se viver fora do capitalismo de consumo. Marcuse viu em grupos como os dos ativistas negros, dos hippies, das feministas e dos estudantes esse poder de renovação quando o implementaram em espaços autónomos alternativos nos estados-nação.

Os estudantes da revolta de 1968 apreciaram Marcuse, resistiram à "unidimensionalidade" no capitalismo de consumo, construíram espaços em comunidades autónomas, estudaram em círculos e auditórios e ruas ocupados, onde puderam viver as suas "verdadeiras necessidades". Conseguiram dar vida ao sujeito oprimido, que na época significou seguir os ideais de antifascismo, liberdade e justiça da sua juventude não reconhecidos pela geração de seus pais, corrompida pelo domínio e consumismo nazistas, e expressar desprezo por esse não reconhecimento. Seguindo a propaganda "marcha pelas instituições" de Rudi Dutschke (2018), que pretendia abolir isso, sem sucesso, os estudantes revoltosos abandonaram os espaços alternativos autónomos que haviam criado e voltaram a entrar no espaço da sociedade capitalista. Embora o movimento de 1968 tenha criado uma agitação cultural no sistema político e cultural dos países ocidentais desenvolvidos, não levou à superação dos estados-nação capitalistas. O que se seguiu

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

foi uma fase de decepção, falta de alternativas e rigidez. Isso afetou os movimentos políticos e sociais, bem como as teorias políticas e sociais.

No contexto de emergência política e de crescimento global dos movimentos sociais contra a globalização neoliberal, no final dos anos 1999 e início dos anos 2000, David Harvey retomou e desenvolveu a teoria do espaço de Lefebvre (HARVEY, 2013). Em particular, ele descreveu a aceleração da mudança dos espaços capitalistas para os não capitalistas e estabeleceu a categoria de "compressão tempo-espaço". A correlação entre universalismos e espaços diferenciados tornou-se mais visível. Outro autor importante de espaços culturais alternativos é Stuard Hall (2004-2016), ex-chefe do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, que desenvolveu ainda mais a abordagem de estudos culturais. Nos seus escritos, Harvey e Hall enfatizam que, embora todos os espaços sejam consistentemente afetados pela globalização neoliberal, isso ocorre de maneiras diferentes e, portanto, o anticapitalismo está a desenvolver-se de maneiras diferentes. Eles baseiam-se na suposição de que tais desenvolvimentos seriam possíveis em áreas autônomas nas quais sejam possíveis praticar conceitos alternativos de vida e de compreensão da natureza opostos à lógica capitalista da

apropriação dos seres humanos e da natureza pelo capital.

No entanto, David Harvey negou ser sua opinião haver a possibilidade de mudança social através de espaços autônomos alternativos. No seu livro *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*, de 2015, escreveu: "Hoje, a esquerda radical é amplamente marginalizada, e coloca as suas esperanças em ações limitadas e no ativismo local, que um dia espera poder vir a somar alguma forma de macro-alternativa satisfatória (...) Perspetivas autônomas, anarquistas e locais estão a surgir, mas como a esquerda tenta mudar o mundo sem tomar o poder, a classe plutocrática-capitalista consolida o seu governo em grande parte intocado" (HARVEY, 2015). Harvey estabeleceu um conceito geral para uma sociedade futura, sem contar com os espaços alternativos que deveriam seguir um esquema uniforme.

Eu gostaria de me opor à opinião destes dois autores. O cientista e ativista mexicano Gustavo Esteva, fundador e diretor da Universidad de la Tierra em Oaxaca, México, tem uma teoria baseada em muitas experiências em áreas autônomas, mas principalmente na experiência da ocupação da cidade de Oaxaca no sul do México, onde foram desenvolvidos espaços autônomos alternativos. Em Oaxaca, a Assembleia Popular do Povo de Oaxaca (APPO) criou

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

durante seis meses um sistema alternativo, democrático e participativo de base, no qual a Assembleia Cívica tomava todas as decisões importantes, votos coletivos, governo autónomo e autosuficiente. Oaxaca era frequentemente comparado à Comuna de Paris. O fim da experiência em Oaxaca foi cruel: os militares mexicanos ocuparam a cidade como se estivesse em guerra, muitas pessoas foram mortas, torturadas e executadas publicamente e desapareceram; crianças foram estupradas propositadamente, como tática militar.

Gustavo Esteva, um acérrimo defensor da APPO, afirmou que na época tinham ignorado as relações de poder: o Estado-nação mexicano era muito mais forte que a área de Oaxaca e o povo de Oaxaca pagou um preço alto pela sua coragem e dedicação. No entanto, Esteva não desistiu de recusar a cultura capitalista e criar novas perspectivas de vida. O que foi praticado em Oaxaca, apesar da derrota, foi a conscientização do comum das possibilidades de negociar coletivamente. Gustavo Esteva chama esse princípio "comunalidade" (ESTEVA, 2012). A oposição pode ocorrer em espaços autónomos alternativos nos quais se vive uma cultura alternativa, caracterizados por democracia radical e participativa e sustentabilidade ambiental. Para Gustavo Esteva, os zapatistas são exemplares, no que aos espaços autónomos alternativos diz respeito, pois conseguiram conciliar o

indivíduo e o comum, o sujeito capaz da melhor harmonia possível com o coletivo. Gustavo Esteva antecipa a expansão de muitos espaços alternativos autónomos de cores diferentes como uma oportunidade de romper a sociedade capitalista e com ela o Estado-nação, a partir da base e do interior. Antes de tudo, para ele, isso é uma competição de culturas e não de luta pelo poder. O fator decisivo é que, ao se reapropriar diretamente a própria vida e a natureza, a soberania conquistada sobre o sistema dominante transforma os diretamente envolvidos em transformadores da cultura capitalista do Estado-nação.

O filósofo mexicano-britânico John Holloway, que escreveu o livro "Mudando o mundo sem tomar o poder" (HOLLOWAY, 2010), sublinhou o "ser afetado juntos" pela crescente taxa de lucro e pela aceleração desumana de áreas da vida, como base para a mudança da sociedade capitalista. Diferentemente da "grande negação" de Marcuse, ele chama a atenção para a "negação diária" do capitalismo que se faz fora da ação ativista, o que também pode desenvolver uma contracultura. Nas suas palestras, em São Francisco há uma "transformação dos fundamentos do anticapitalismo - uma mudança no nosso pensamento sobre o anticapitalismo e uma mudança nas formas de ação anticapitalista" (HOLLOWAY, 2017: 21).

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

De acordo com os pontos de vista de Gustavo Esteva e John Holloway, os espaços alternativos criam "rachas" na cultura capitalista oficial e "rompem"-nos por dentro, principalmente culturalmente. Eles dão uma resposta à pergunta de David Harvey sobre quantas iniciativas autónomas são precisas para somar uma "macroiniciativa satisfatória".

O MOVIMENTO ZAPATISTA COMO ESPAÇO ALTERNATIVO ESTÁVEL E DE CONTRA-ORGANIZAÇÃO

São de particular importância para o nosso propósito os espaços alternativos autónomos que já são uma realidade social organizada e composta e que se tornaram culturalmente locais, transnacionais e translocais dentro de um território definido. Esses espaços não são estados separados, nem mesmo rejeitam o Estado. Têm um modo de produção diferente do capitalista, e uma cultura política democrática radicalmente diferente, indo além do conceito de "contra-organização" e de uma nova base de organização participativa construída.

Um exemplo são os zapatistas. Segundo o historiador francês Jerome Baschet, são "um objeto central de reflexão nas ciências políticas" (BASCHET, 2017). Desde a sua rebelião em 1994 contra as políticas pós-coloniais e neoliberais de extermínio do governo mexicano, os zapatistas

constituíram-se como uma guerrilha pós-moderna, que também se vê como um movimento emancipatório. Embora sejam guerrilheiros, por estarem armados, diferem dos seus antecessores no seu foco na autodefesa e na subordinação das forças armadas ao poder de decisão da base de apoio civil. Eles são emancipatórios porque rejeitam a assunção de poder, possuem estruturas horizontais de tomada de decisão e agem predominantemente de maneira não violenta.

A sua cultura política é caracterizada por democracia radical, igualdade de género, valorização da diversidade, autoafirmação pacífica e uma abordagem sustentável da natureza. A forma económica organizada pelos zapatistas difere da forma capitalista na inexistência de capital, na propriedade e distribuição coletivas, na decisão conjunta e na quase autosuficiência. Nas autonomias zapatistas, a terra não é uma mercadoria, mas um "espaço de responsabilidade" (ESTEVA, 2012: 7). Dos antigos estados socialistas, a economia zapatista difere por ter outra forma de propriedade coletiva: não propriedade pública, mas propriedade comum. Como a autonomia zapatista opera como uma comunidade, e não na forma de um estado, não pode haver propriedade do estado. As terras, as oficinas e o comércio são trabalhados como pertencendo às comunidades zapatistas e são administrados coletivamente pelos vizinhos. O princípio comunitário faz com

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

que cada comunidade aja independentemente.

A forma política utilizada também é diferente dos dois sistemas: baseia-se na participação política direta de todos os membros da comunidade política na produção das decisões coletivas na Assembleia Geral, que é a mais alta entidade política, e no exercício direto dos cargos. De acordo com o exemplo das tradições indígenas, todos os membros da comunidade são obrigados a exercer cargos políticos. Todos os membros do "Conselho de Bom Governo" e dos Municípios Autónomos são membros da comunidade, cujas atividades diárias são realizadas pelo município durante o seu expediente administrativo. Os Conselhos do Bom Governo nos cinco *Caracoles* têm um mandato curto. O objetivo é alcançar a maior participação política possível e prevenir a corrupção (COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA COMANDANCIA GENERAL DEL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. SEXTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, 2005). Os oficiais concretizam as decisões políticas tomadas coletivamente na Assembleia, segundo o princípio de "administrar em vez de governar". Os zapatistas chamam esse princípio "governo obediente". O que significa que o povo governa e o governo obedece. Essa

fórmula contradiz a organização política nos estados-nação capitalistas, geralmente caracterizada por uma democracia representativa e pluralista. Na era ultra-liberal, esta fórmula já não se sustenta e geralmente não serve para impor a vontade do povo. O ex-porta-voz Subcomandante Marcos disse em entrevista que, para os zapatistas, "a política não é ... uma questão de profissionais, nem de carreira ou modo de vida". E continuou: "Este é um dos poucos lugares do mundo em que um membro do governo volta para casa com a mesma qualidade, com as mesmas necessidades e com o mesmo trabalho no final do seu mandato" (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2008: 34).

Gustavo Esteva chama essa forma de governo "pluralismo radical". (ESTEVA, 2012: 12). Poder e dominação são, portanto, rejeitados. São rejeitados não apenas como uma aquisição do poder do estado, no sentido da guerrilha clássica ou dos movimentos socialistas mais revolucionários, mas também rejeitados como sistema político. "O poder é um espaço de assunção de escolhas muito exclusivo. E então a diferença também é procurada abertamente. A cor, a raça, a fé e a preferência sexual foram expulsas do prometido paraíso e o inferno era o seu lar permanente" (SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALENEO, 2017). A cultura política alternativa manifesta-se no

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

fato de a sociedade zapatista não ser hierárquica, mas organizadamente horizontal.

LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO AUTÓNOMO ALTERNATIVO DOS ZAPATISTAS

Os espaços alternativos autónomos, como os Estados-nação, costumam ter os seus próprios territórios: ora concedidos legalmente (conforme foi declarado no acordo de cessar-fogo de 1995 entre os zapatistas e o governo mexicano) ora declarados unilateralmente; como fizeram os zapatistas com base no Tratado de San Andrés de 1996, assinado com base na Constituição mexicana que permite autonomias, mas nunca ratificado pelo governo, ora conquistado por pressão política por meios armados. O território dos zapatistas não tem limites fixos, mas está constantemente a mudar, de acordo com a adesão ou renúncia de vizinhos de serem parte do EZLN. Em 2018, algumas comunidades indígenas declararam-se comunidades zapatistas, expandindo muito o território zapatista em todo o México. Também existem muitas comunidades mistas nas quais convivem partidários do governo e zapatistas: nesses casos prevalece uma estrutura administrativa paralela. Além disso, unindo forças com o Congresso Nacional Indígena (CNI) e o Conselho do Governo Indígena (CIG), o território dos zapatistas expandiu-se além das suas fronteiras e espalhou-se pelo

México, sem fronteiras territoriais. A extensão translateral do espaço zapatista de uma comunidade mais ou menos grande de apoiantes que vivem em diferentes estados-nação do mundo, dissolve completamente a categoria do território. Essa linha segue o princípio da “rede global de resistência local”. Em suma, pode-se afirmar que os espaços alternativos autónomos representam principalmente uma comunidade de semelhantes, como diria Ferdinand Tönnies, e correspondem menos a uma sociedade organizada em estados-nação (TÖNNIES, 2010).

A VISÃO ZAPATISTA DA SOCIEDADE CIVIL COMO CONTRAPARTIDA DO POVO DO ESTADO

A partir da preocupação comum descrita por Holloway e Esteva, os zapatistas criaram redes com a sociedade civil. Consideram-se parte dela. Os zapatistas estão próximos do entendimento ocidental da sociedade civil, mas vão além disso. A definição de Jürgen Habermas da sociedade civil pode ser tomada como o entendimento ocidental: "Seu núcleo institucional é formado por associações e associações não-estatais e não-económicas voluntárias, em que ancoram as estruturas de comunicação públicas e a componente social do mundo da vida (...). A sociedade civil é composta por associações,

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

organizações e movimentos mais ou menos espontaneamente formados que absorvem e amplificam a ressonância que os problemas sociais encontram com o público político.” (HABERMAS, 1997: 443) A sociedade civil “não toma o lugar de um protagonista principal historicamente-filosoficamente distinto, que deveria controlar a sociedade como um todo e, ao mesmo tempo, agir legitimamente por ela” (HABERMAS, 1997: 1450).

Para os zapatistas, sociedade civil significa aquela parte da população que não faz parte do governo, partidos políticos, militares e grandes empresas capitalistas. Para os zapatistas, a sociedade civil é o oposto do poder e está em permanente contradição com ele. A sociedade civil, como pensa Habermas, não precisa ser politicamente ativa para ser, antes de tudo, perdedora no quadro da globalização neoliberal e da sociedade capitalista. A captura da vida humana e natural pelo capital e pelas políticas neoliberais dos governantes desempenha um papel fundamental nisso. Fora do estado, a sociedade civil tem a necessidade e a responsabilidade política de organizar a reapropriação da própria vida e da natureza. Os zapatistas preocupam-se com o autoempoderamento das pessoas afetadas pela exploração e pela marginalização neoliberal, e que, a seu ver, é a maioria da sociedade nos estados-nação. Eles

consideram-se indígenas, camponeses e pobres, prototípicos da sociedade civil oprimida e excluída e, portanto, têm o direito de resistir. Mas isso não significa assumir uma posição de vanguarda. De duas maneiras os zapatistas contrariam Habermas, quando este diz que a sociedade civil é um "ator importante", pode "controlar toda a sociedade" e agir "legitimamente" por ela. Por um lado, os zapatistas rejeitam estritamente o "controle" da sociedade, de acordo com a sua rejeição do poder. Em segundo lugar, eles veem como uma necessidade a sociedade civil agir "legitimamente para a sociedade".

Um elo fundamental da criação de redes Zapatista e da sociedade civil é a ação conjunta do EZLN com o Congresso Nacional Indígena (CNI). Este último foi fundado por iniciativa dos zapatistas em 1996 e hoje inclui 33 povos indígenas, além de muitas áreas rurais, bairros e tribos (CONGRESO NACIONAL INDIGENA, 2018). Em muitas áreas do Estado-nação mexicano, os indígenas são uma minoria com menos de 10% da população. Em áreas rurais como Oaxaca e Chiapas e em muitas áreas metropolitanas, porém, a sua participação é de até 85% (ESTEVA, 2012: 20). Assim, grande parte da população mexicana é membro do Congresso Indígena ou está perto dele. O Congresso Nacional Indígena formou um Conselho do Governo Indígena (CIG), em

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

2017, e nomeou a curadora indígena María de Jesús Patricio Martínez como candidata às eleições presidenciais no México, em 2018. Como, diferentemente da maioria dos outros candidatos, ela não era partidária, vinculada, mas responsável e porta-voz da CNI e do CIG, ela pereceu na cultura política do Estado-nação mexicano. Tratava-se de opor a lógica da cultura capitalista e da dominação nos estados-nação a uma lógica diferente de participação, solidariedade, coletividade e diversidade. O registo do candidato indígena não foi aceite pelo procedimento oficial da Autoridade Nacional Eleitoral, que fez com que o registo eletrónico de 866.593 votos eleitorais fosse condição. Nas áreas indígenas, essa condição não foi preenchida por falta de acesso a infraestruturas e equipamentos eletrónicos. Assim, a candidata indígena não conseguiu atingir o número necessário de votos para uma candidatura. Apesar do fracasso da candidatura, a campanha eleitoral da candidata indígena iniciou um amplo processo de discussão nacional sobre o estado do estado mexicano e possíveis alternativas sociais. Ela chamou a atenção dos mexicanos, sobretudo os particularmente afetados por diferenças sociais, raciais e de género extremas, pela destruição da natureza e pela violência endémica. A proposta presidencial indígena favoreceu não apenas a melhoria da situação dos povos indígenas, mas também uma cultura social diferente que

emana de baixo e corresponde à cultura política praticada pelos zapatistas. A declaração do CIG sobre a campanha eleitoral afirma: "Portanto, é uma competição que pode ser vencida com fraude, dinheiro e poder, como a mercadoria: é a eleição da classe política, na qual não há espaço para as palavras deles. Ainda haverá aqueles que são indígenas, ou que não fazem parte de um *pueblo originario* (povo primeiro), mas desprezam o poder e constroem a democracia ao tomar decisões coletivas que são tomadas na rua, no bairro, na comunidade, no ejido, num coletivo, numa cidade ou num estado, e se tornam uma forma de governança" (CONSEJO INDIGENA DE GOBIERNO, 2018). A citação deixa claro que uma nova cultura diferente está a ser usada para rejeitar o poder e impor uma democracia de base em espaços autónomos alternativos, o que significa que são não apenas os indígenas, mas todos os afetados pela cultura capitalista.

A ANTI-VIOLÊNCIA ZAPATISTA CONTRA A VIOLÊNCIA ESTATAL NO MÉXICO

Paralelamente ao desenvolvimento neoliberal, o Estado mexicano espalhou a máfia das drogas e o crime organizado, que entram em contato com autoridades oficiais, como a polícia, o governo, membros militares e o judiciário.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Assassinatos, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias, tortura e femicídio (assassinatos de mulheres) caracterizam a vida cotidiana no México. Sob o presidente Peña Nieto, mais de 100.000 pessoas foram assassinadas entre dezembro de 2012 e dezembro de 2018. 35.000 pessoas estão consideradas desaparecidas (VOGEL, 2018). Apenas dois por cento dos crimes foram esclarecidos. No período que antecedeu as eleições presidenciais de 2018, 91 candidatos e políticos foram assassinados no México (HILLENBRAND, 2018). Um exemplo que chamou a atenção do mundo foi o desaparecimento de 43 estudantes da faculdade de formação de professores em Ayotzinapa, no estado de Guerrero. O prefeito de Iguala, que tem ligações com a máfia das drogas, queria impedir um protesto político estudantil, usou a polícia para prender os estudantes e entregou-os à máfia das drogas. Também se sabe da participação dos militares. Desde esse evento, há quase quatro anos, não houve mais vestígios dos estudantes. Apesar dos protestos mundiais e da investigação de comissões internacionais de direitos humanos, o caso não pôde ser esclarecido, até hoje.

O cientista político camaronês e investigador pós-colonialista Achille Mbembe usou o termo "necropolítica" para designar a cultura da violência (MBEMBE, 2011: 63-96). Pergunta o que e quem

decide da vida e da morte. A questão é que os agentes do estado e não estatais usam a "violência" para manter a ordem e, assim, determinam quem pode viver e quem deve morrer. O princípio político clássico do monopólio do poder pelo Estado é fundamentalmente violado ao delegar o poder noutros agentes não estatais para determinar a vida e a morte. Devido à fraqueza do estado, em particular, a corrupção, a ineficiência da administração e a renúncia à soberania a favor de outros estados e empresas, o estado mexicano e as suas forças de segurança estão intimamente ligadas aos outros agentes violentos, ou é chantageado por eles, juntando-se mesmo uns aos outros para um trabalho partilhado para lidar com opositores, jornalistas impopulares, professores, movimentos emancipatórios sociais ou migrantes.

Em contraste com a necropolítica e a violência endêmica no México, uma nova cultura de anti-violência surgiu nos territórios zapatistas autónomos. Nas áreas zapatistas, não há máfias de drogas. A estratégia de autodefesa zapatista é predominantemente civil, substituindo meios militares e violentos. O EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional - não é um órgão de comando nem de governo. Atua meramente como um braço militar de autodefesa subordinado à Assembleia Civil e aos governos Zapatistas. Isso depende crucialmente da

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

função da luta armada e da rejeição do poder. A liderança militar está nas mãos do "Comitê Indígena Insurgente Secreto" zapatista, formado por civis. Aqui, o EZLN difere significativamente da guerrilha clássica, na qual as forças armadas detêm a liderança militar e a civil. Como os zapatistas decidiram em 1994 seguir o caminho do "pacifismo armado", a violência teve que ser substituída por outros meios para construir autonomia zapatista. A construção da autonomia foi acompanhada por toda uma rede de autoproteção. O armamento do EZLN é apenas parte dele. Muito mais eficaz é a criação de contrapropaganda e um público próprio, que deve ser entendido como uma capa protetora dos zapatistas.

AS REDES TRANSNACIONAIS E OS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS FUNCIONAM COMO SUBSTITUTOS DA VIOLÊNCIA

Outro ponto do combate à violência zapatista são as conexões translocais ou transnacionais baseadas no princípio da criação de redes globais de resistência local. Organizações solidárias e redes de informação espalhadas pelo mundo desempenham um papel importante nisso. Somente na Alemanha, 15 organizações de direitos humanos trabalham na "Coordenação do México na Alemanha". Além disso, outras organizações

autônomas coordenam a "Rede Ya Basta". Na Suíça, existem espaços alternativos autônomos semelhantes, como o grupo "Longo Mai" ou coletivos ecológicos, que vivem de princípios semelhantes aos zapatistas e fornecem apoio material aos zapatistas através de construções escolares ou hospitalares. Há também um grande número de coletivos de artistas na Europa, Estados Unidos e América Latina que adotam as ideias zapatistas.

O "trabalho civil internacional dos direitos humanos" é um dos pontos importantes da cultura zapatista de luta contra a violência, a qual o governo mexicano não pode ignorar nas suas ações contra os zapatistas e os índios. A Rede Multinível é um processo de denúncia de observadores civis internacionais de direitos humanos a organizações civis e estaduais do México, enviando reclamações a organizações internacionais como o Conselho de Direitos Humanos da ONU e a Comissão de Direitos Humanos da UE e a subsequente responsabilização do governo mexicano por violações de direito internacional contratual. Houve sanções aplicadas por meio do acordo-quadro entre a UE e o México 2000. No entanto, com a renegociação do acordo-quadro UE-México em 2018, a responsabilidade do governo mexicano pela situação dos direitos humanos do país foi retirada, minimizando as oportunidades de intervenção internacional (HAUN: 2018).

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Ainda assim, o monitoramento internacional de direitos humanos civis continua a ser um pilar essencial de proteção para as comunidades zapatistas, uma vez que a rede internacional de direitos humanos tem décadas, é complexa e desenvolveu tantos vínculos entre políticas civis e estatais que as suas ações não foram afetados pelas mudanças nos tratados. Usando as relações entre a UE e o México, mas, principalmente através da ONU, vários partidos políticos de esquerda na Europa e nos EUA, a União Cívica Europeia e organizações internacionais de direitos humanos, como a Amnistia Internacional ou a *World Human Watch*, permanecem eficazes.

REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E PUBLICIDADE PARTICIPATIVA SUBSTITUEM A VIOLÊNCIA ARMADA

A construção da autonomia zapatista foi caracterizada desde o início por uma utilização pronunciada de símbolos. Essa é uma parte importante da estrutura de autoconfiança e defesa dos zapatistas em condições de existência insegura, bem como instrumentos de pressão da estratégia de contra-insurgência face ao governo e aos ataques paramilitares. Assim, os símbolos substituíram a luta armada no confronto com o governo e alcançaram um alto grau de eficiência.

Oscar Negt e Alexander Kluge referiram-se à importância da "contra-propaganda" já relacionada ao movimento estudantil de 1968 e 1970, a qual diferia da dos zapatistas. Os zapatistas não estavam preocupados apenas em "despojar os governantes", mas, ao mesmo tempo, na mediação das preocupações das pessoas (Negt & Kluge 1972). "Contra-propaganda", nos zapatistas, não deve ser entendida apenas como oposição a "propaganda institucionalizada" oficial (Habermas), como sua própria "propaganda não institucionalizada", mas também como diferente da dos movimentos da esquerda tradicional e da guerrilha clássica. A propaganda dos zapatistas é participativa e comunitária, ou seja, é coprojetada por todos os vizinhos (exemplo: rádios participativas e pintura mural).

Desde o início, os zapatistas chamaram a atenção do México e do mundo através da sua representação simbólica única. O *Pasamontaña*, a máscara facial, era a expressão da indiferença dos povos indígenas, que só eram notados quando usavam essa máscara e cobriam o rosto com ela. De repente, foram percebidos como um grupo particular, com as suas próprias necessidades. Daí, também, o slogan zapatista: "Cobrir o rosto significa ter um rosto". Os zapatistas trabalham muito com paradoxos; com declarações que contêm uma contradição

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

aparentemente irresolúvel, mas descobrindo verdades ocultas. Por um lado, os paradoxos correspondem à tradição indígena, que representa um mundo dialético contraditório dos deuses maias. Por outro lado, os paradoxos mostram claramente as características da pós-modernidade, combatendo e desconstruindo os padrões interpretativos habituais e evoluídos e a autoafirmação em relação à cultura dominante. Essa lógica desconhecida, a noção entendida como aporia, gera, antes de tudo, atenção, mas também reflexão e novas visões sobre estruturas injustas da sociedade, aceites como irredimíveis. Slogans zapatistas como "Estamos atrás de si, você é", "Tudo por todos, nada para nós", "Morremos para viver" ou "Lutamos para que não sejamos mais necessários" mostram a natureza paradoxal da representação simbólica dos zapatistas.

As narrativas do orador do EZLN, do Subcomandante Insurgente Marcos, são particularmente importantes para o público zapatista. Uma geração inteira de ativistas anti neoliberais em Chiapas, México e em todo o mundo, combinou um novo tipo de resistência, não violenta, abstinente ao poder, antinacional e popular, com esse guerrilheiro vestido com passa-montanhas, uniforme, apito e um cachecol esfarrapado. Ao contrário de outros movimentos de libertação, os zapatistas não veem a público com apelos, mas com histórias que

unem diferentes elementos culturais e, assim, os tornam compatíveis com diferentes culturas. Marcos inventou personagens como o Velho António, a garota Tonita e o besouro Durito, figuras da selva de Lakandon, que ele paradoxalmente conectou com considerações de neoliberalismo e Shakespeare. O velho António era ancião de aldeia na era do EZLN, e uma autoridade respeitada. Depois dele morrer, continuou a aparecer a Marcos, dialogando com ele sobre a situação dos zapatistas. O velho António não deu conselhos, mas contou lendas maias antigas, das quais os destinatários podem tirar conclusões. O besouro Durito, pequeno, frágil e constantemente em risco de ser esmagado, gozou com Marcos porque este não reconheceu as verdades do neoliberalismo e ensinou-as-lhe.

Durito é Dom Quixote e Marcos, seu escudeiro, Sancho Pança, que tiveram a ideia absurda de mudar o mundo e sentem como se estivessem a lutar contra moinhos de vento. A menina Toñita, que morreu nos braços de Marcos, apareceu repetidamente a Marcos, à semelhança do velho António, e neutraliza as convicções de Marcos usando perguntas infantis. Com uma lógica heurística imbatível, atua como correção das convicções zapatistas. Marcos usou essas narrativas, que se tornaram conhecidas em todo o mundo e aparecem em jornais e livros de outras culturas, para

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

quem se tornaram preocupações internas de destinatários de culturas distantes, criando uma ponte de afetos. A identificação de Marcos com figuras como El Cid, Robin dos Bosques, Zorro, Emiliano Zapata, Che Guevara, Dom Quixote e Sancho Pança faz uma ponte com o mundo ocidental.

Para paradoxar o paradoxo, ou seja, para criar um duplo paradoxo, Marcos renunciou em dezembro de 2014. A função de palestrante e a liderança militar foi entregue a um outro indígena, o Subcomandante Moises. Marcos apresentou-se como um epifenómeno que havia sobrevivido. Ele disse: "Se me permitirem definir a figura de Marcos, eu diria sem hesitação que ele era um palhaço, um disfarce. E vimos que o palhaço, o arlequim, a figura, o holograma, deixou de ser necessário" (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2014). Outro paradoxo foi a ocasião para levantar o paradoxo. Paramilitares assassinaram um professor respeitado da comunidade zapatista de La Realidad. Para combater a morte do professor, os zapatistas não se vingaram com a força dos paramilitares. "Reviveram" o homem assassinado através da morte simbólica do mais destacado subcomandante insurgente Zapatista, Marcos, reaparecendo sob o disfarce do professor assassinado. O subcomandante Marcos tornou-se o subcomandante Galeano. Essa reencarnação transmitiu a

impressão de que os zapatistas poderiam trocar de papel em vez da vingança violenta primitiva, suscitada pela reação aos assassinatos provocados pelo terrorismo patrocinado pelo Estado. Estes não podem espalhar o medo. Ao contrário, há que encontrar a maneira zapatista de construir a autonomia contínua. O ciclo eterno e a lógica usual de vingança e retribuição foram interrompidos e levados a um outro nível. Isso está ligado à convicção indígena de conviver com os mortos e, ao mesmo tempo, ao mito da ressurreição cristã. Essa representação simbólica paralisou e envergonhou o poder político e militar dos assassinos e dos seus apoiantes.

A dupla morte, a morte real do professor e a morte simbólica do subcomandante Marcos, foram a sacralização e profanação da vítima ao mesmo tempo, o que simplesmente fez da vítima a vencedora. Os zapatistas atingiram um estágio de desenvolvimento em que as suas estruturas tinham sido fortalecidas; uma nova geração tinha crescido e assumido cargos políticos que atingiram um nível funcional de estruturas organizacionais, como a tomada de decisões políticas de base, a assistência médica, a educação e o sistema económico de abastecimento das comunidades zapatistas capazes de garantir uma vida melhor.

CONCLUSÃO

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Espaços autónomos alternativos são, de três maneiras, um desafio ao Estado-nação. Primeiro, são uma resposta à crescente turbulência social do Estado-nação baseado no neoliberalismo e no ultraliberalismo de Black Rock. Eles exigem a garantia de direitos sociais a nível de base, não pelo Estado, mas pelo povo, pela própria sociedade civil. Segundo, eles são concomitantes à fragmentação dos territórios nacionais e à formação de enclaves ultraliberais nos estados-nação, como uma desintegração destes últimos; mas os espaços alternativos autónomos representam o oposto do que significam as zonas económicas especiais. Terceiro, os espaços alternativos autónomos têm uma organização social diferente da capitalista, mas também da nação socialista. Eles combinam a propriedade coletiva comunitária com a democracia popular que rejeita o governo e vivem de forma participativa. Essa forma de organização social está distante do estado. Ela prefere formas organizacionais comunitárias e participativas. As fronteiras territoriais do Estado-nação são dissolvidas nos espaços alternativos autónomos, caracterizadas por fronteiras territoriais transitórias. Esses limites não são determinados por um estado dominante, mas são baseados nas afiliações sociais no sentido do conceito de comunidade de Tönnies. O monopólio da autonomia nos espaços alternativos autónomos não é governado por um estado onipotente,

que, de resto, na sua forma ultraliberal, não garante as suas promessas, mas antes pela comunidade, como ficou evidente nas comunidades zapatistas pela subordinação do EZLN às decisões da Assembleia Geral. Mais uma vez, a forma participativa e comunitária domina.

A realização de uma organização política baseada na solidariedade anticapitalista é possível não apenas dentro de várias atividades e organizações alternativas, como do movimento global dos idosos, do decrescimento, da economia solidária e dos movimentos de protesto, mas também contra Trump nos EUA e contra o governo Macron, como os "coletes amarelos", na França, e antes de mais em espaços autónomos alternativos que já foram estabelecidos. Espaços autónomos alternativos possibilitam desenvolvimentos anticapitalistas no sentido de realizar as "verdadeiras necessidades" de Herbert Marcuse, a "Comunidade" de Gustavo Esteva e a impotência de John Holloway, dentro de meios dominados por uma cultura capitalista. Eles representam sementes de uma futura organização social e política mais ampla caracterizada pela solidariedade, diversidade, igualdade de género, natureza e coletividade, e baseada no princípio de pertença e afiliação social à comunidade.

Os espaços alternativos autónomos opõem-se aos estados-nação capitalistas com uma lógica diferente que mina a lógica

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

dominante, cria "rachas" e transporta consigo o potencial de quebrar a forma dominante de organização social dos estados-nação.

BIBLIOGRAFIA

BASCHE, J. (2017) *Podemos gobernarnos nosotros mismos. La Autonomía, una política sin el estado*. Chiapas: Junetic Conatus, Edición CIDESI,-Unitierra.

BECKER, A. (2019). *Im Schatten des Wirtschaftsbooms. Der Aufstand der Adivasis und Dalits in Indien*. Heidelberg: Draupadi.

BUESS, U. *Eine Welt mit anderen Regeln*. Disponível em: <https://tageswoche.ch/form/reportage/eine-welt-mit-anderen-regeln/>. Acesso em 10.10.2019.

CAMPOS PALACIOS, D. "Calendario y Estado nasa." Colombia, Palabras al Margen, Ed.124. Disponível em: <http://palabrasalmargen.com/edicion-125/calendario-y-estado-nasa/>. Acesso em 14.03.2018.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA COMANDANCIA GENERAL DEL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Sexta Declaración de la Selva Lacandona. México, Junio 2005. Disponível em: <http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/documentos/selva-vi/selva-vi.htm> Acesso em: 23.09.2017.

CONGRESO NACIONAL INDIGENA. Disponível em: <https://www.congresonacionalindigena.org/> Acesso em 11.05.2018.

CONSEJO INDIGENA DE GOBIERNO Disponível em: <https://www.congresonacionalindigena.org/concejo-indigena-de-gobierno/>. Acesso em 11.05.2018.

DERRIDA, J. (2004). *Die différance*. Ausgewählte Texte. Stuttgart: Reclam.

DUTSCHKE, R. Der lange Marsch. *Spiegel*, 11.12. Disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-46209544.html> Acesso em: 20.04.2018.

ESTEVA, G. (2012) „Hoffnung von unten – das besondere Prinzip des Zusammenlebens in Oaxaca.“ In: *Commens. Für eine neue Politik jenseits von Markt und Staat*. Disponível em: <http://band1.dieweltdercommons.de/essays/gustavo-esteva-hoffnung-von-unten-das-besondere-prinzip-des-zusammenlebens-in-oaxaca/> Acesso em: 05.01.2018.

EUROPEAN CITIZENS FORUM. Disponível em: <https://europa.eu/citizens-initiative-forum/>.

FALERO, A. (2015). La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio. *Revista NERA*, UNESP – Universidade Estadual Paulista (28) Edición Especial.

HABERMAS, J. (1997) *Faktizität und Geltung*. Frankfurt: Suhrkamp.

HALL, S. (2016). *Ausgewählte Schriften*. Hamburg: Argument Verlag with Ariadne.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- HARVEY, D. (2013). *Rebellische Städte. Vom Recht auf Stadt zur urbanen Revolution*. Berlin: Suhrkamp.
- HARVEY, D. (2015). *Siebzehn Widersprüche und das Ende des Kapitalismus*. Berlin: Ullstein.
- HAUN, S. „Mexiko und Europäische Union schließen Freihandelsabkommen ab.“ Disponível em: <https://amerika21.de/autor/saskia-haun> Acesso em: 28.04.2018.
- HILLENBRAND, H.L. *Mexiko vor den Wahlen: 91 Amtsanwärter und Politiker ermordet*. Disponível em: <https://amerika21.de/2018/05/200865/wahlen-mexiko-2018> Acesso em: 12.05.2018.
- HOLLOWAY, J. (2010) *Die Welt verändern, ohne die Macht zu übernehmen*. 4. Ed.. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- HOLLOWAY, J. (2017). *Wir sind die Krise des Kapitals . . . und wir sind stolz darauf*. Die San Francisco-Vorträge. Münster: Unrast.
- JELLINEK, G. (1914) *Allgemeine Staatslehre* (= Recht des modernen Staates. Bd. 1) Berlin: 2. Ed. 1905. Disponível em: <https://archive.org/details/allgemeine-staat00jellgoog/page/n26/mode/2up> Acesso em 07.02.2018.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The Production of Space*. New York: Wiley-Blackwell.
- LONGO MAI. Disponível em: <https://www.prolongomai.ch/prolongo-mai/>. Acesso em 07.09.2018.
- MARCUSE, H. (1964). *Der eindimensionale Mensch. Studien zur Ideologie der fortgeschrittenen Industriegesellschaft*. Transl. Alfred Schmidt. Luchterhand, Neuwied 1967. (original). *One-Dimensional Man*. Boston: Beacon.
- MBEMBE, A. (2011). „Nekropolitik“. In: PIEPER, M.; ATZERT, T; KARAKAYALI, S.; TSIANOS, V. (Ed.): *Biopolitik in der Debatte*. Wiesbaden: Springer VS.
- RODUNG DES HAMBACHER FORSTS DERZEIT UNZULÄSSIG. Frankfurter Rundschau. Disponível em: <https://www.fr.de/politik/rodung-hambacher-walds-derzeit-unzulaessig-11039273.html>. Acesso em: 24.09.2018.
- RÜGEMER, W. (2018). *Die Kapitalisten des 21. Jahrhunderts*. Köln: PapyRossa Verlag.
- SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALENEO. *Die Mauern oben, die Risse unten (und links)*. Mexico, Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/02/14/los-muros-arriba-las-grietas-abajo-y-a-la-izquierda/> Acesso em: 31.03.2017.
- SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. (2008). *Kassensturz und Interview mit Laura Castellanos*. Hamburg: Edition Nautilus, Verlag Lutz Schulenburg.
- SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. *Zwischen Licht und Schatten*. Brief zum Abschied von Marcos. La realidad am 25.05.2014.
- TÖNNIES, F. (2010). *Gemeinschaft und Gesellschaft. Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Culturformen*. Berlin, 1887

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

(Digitalisat und Volltext im Deutschen Textarchiv), ab der 2. ed. 1912 mit dem Untertitel Grundbegriffe der reinen Soziologie. Nachdruck der 8. Ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

TZERMIAS, N. *Macron rückt von umstrittenen Flughafenprojekt bei Nantes ab*. Neue Zürsche Zeitung,

Disponível em: <https://www.nzz.ch/international/macron-rueckt-von-umstrittenem-flughafenprojekt-bei-nantes-ab-id.1348552>. Acesso em: 17.1.2018.

VOGEL, W-D. *Ein schrecklich moderner Staat*. taz, 27.04 2018.

VOLKERT, L. *Revolution auf dem Weizenfeld*. Süddeutsche Zeitung, 05. August 2018.

Diálogos
POSSÍVEIS

REVISTA DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Editor: Professor Doutor José Euclimar Xavier Menezes

Centro Universitário Social da Bahia (UNISBA)

Avenida Oceânica 2717, CEP – 40170-010
Ondina, Salvador – Bahia.

E-mail: dialogos@unisba.edu.br

Telefone: 71- 4009-2840